ÉTICA DO CUIDADO, EMANCIPAÇÃO FEMININA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS

ETHICS OF CARE, FEMALE EMANCIPATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: NECESSARY APPROACHES

Ana Carolina Elaine dos Santos Guedes de Castro¹

Andréa Abrahão Costa²

RESUMO

O objetivo do presente artigo é aproximar os postulados da ética do cuidado, na sua vertente de gênero, às contribuições do ecofeminismo e da economia ecológica feminista, como forma de emancipação feminina e proposta de ação voltadas ao desenvolvimento sustentável, nos termos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Afirma-se que as contribuições das mulheres, no que toca à implementação de um gerenciamento ambiental voltado à sustentabilidade, podem favorecer a convivência harmoniosa entre os seres humanos e não humanos. Aplicando os princípios do ecofeminismo e da economia ecológica feminista à ética do cuidado, é possível, por meio da criação de políticas públicas, dar efetividade à participação ativa das mulheres na tomada de decisões às questões ambientais. Assim sendo, em um primeiro momento abordar-se o ecofeminismo como um movimento de luta contra os impactos socioeconômicos provocados pelo lucro incessante e o esgotamento dos recursos naturais. Na sequência analisa-se os impactos ambientais sentidos pelas camadas mais vulneráveis da sociedade, o que ensejou, dentre outros motivos, a formação de uma nova ideia de gestão ambiental por parte do feminismo, denominada economia ecológica feminista. A partir de então, destaca-se que esse modelo materialista feminista, essencial para a compreensão do ecossocialismo feminista

¹ Doutoranda em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Email: anasantosguedesdecastro@gmail.com

² Doutora em Direito PUCPR/Univ. Paris X. Profª Adjunta - Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás. Coordenadora do Curso de Direito. Professora Colaboradora do Mestrado em Direito e Políticas Públicas UFG Goiânia. Email: candreac_2@yahoo.com.br

representa, aliado à ética do cuidado, um dos caminhos alternativos à transformação social com a consequente emancipação feminina, ao mesmo tempo, que objetiva alcançar a tão almejada sustentabilidade ambiental. Utiliza-se o método dedutivo científico em que se formula as considerações gerais para concluir com a específica, juntamente com a técnica da pesquisa bibliográfica³.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Economia Ecológica Feminista. Desenvolvimento sustentável. Ética do cuidado.

ABSTRACT

The objective of this article is to bring the postulates of ethics of care, in its gender aspect, to the contributions of ecofeminism and feminist ecological economics, as a form of female emancipation and a proposal for action aimed at sustainable development, under the terms of the Objectives Sustainable Development established by the United Nations. It is stated that the contributions of women, with regard to the implementation of environmental management aimed at sustainability, can favor harmonious coexistence between humans and non-humans. Applying the principles of ecofeminism and feminist ecological economics to the ethics of care, it is possible, through the creation of public policies, to give effectiveness to the active participation of women in decision-making on environmental issues. Therefore, initially, ecofeminism is approached as a movement to fight the socioeconomic impacts caused by incessant profit and the depletion of natural resources. Next, the environmental impacts felt by the most vulnerable strata of society are analyzed, which led, among other reasons, to the formation of a new idea of environmental management by feminism, called feminist ecological economics. Since then, it is highlighted that this feminist materialist model, essential for the understanding of feminist ecosystemism represents, together with the ethics of care, one of the alternative paths to social transformation with the consequent female emancipation, which at the same time, aims to achieve longed for environmental sustainability. The scientific deductive method is used in which general considerations are formulated to conclude with the specific one, together with bibliographic research techniques. **Keywords:** Ecofeminism. Feminist Ecological Economics. Sustainable development. Care ethics.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é aproximar os postulados da ética do cuidado, na sua vertente de gênero, às contribuições do ecofeminismo e da economia ecológica feminista, como forma de emancipação feminina e proposta de ação voltadas ao desenvolvimento sustentável, nos termos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

³PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14 ed.rev.atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018.

Para tanto, inicia-se com a abordagem acerca do ecofeminismo como um movimento social e filosófico que conecta feminismo e ecologia, responsável pela aproximação das lutas feministas e ambientais, tendo em vista que ambos movimentos ressaltam a forma exploratória com que são tratados pela sociedade. É nesse sentido que uma das vertentes do ecofeminismo analisa os impactos das mudanças ambientais sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade, destacando, inclusive, as diferenças entre o sul e o norte global, o que fomenta ainda mais as desigualdades socioeconômicas entre os povos. Assim é que as mulheres são as maiores atingidas pelos danos decorrentes das mudanças climáticas conforme dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas, por meio do relatório do Fundo para a População das Nações Unidas (UNFPA)⁴, seja em razão do choque que recai sobre a agricultura, já que muitas mulheres dependem da produção de alimentos para sobrevivência, seja em razão de não possuírem condições de suportar alternâncias climáticas extremas. Em muitas culturas as mulheres são as responsáveis pela garantia da água, do alimento, da lenha e do aquecimento do lar. A escassez desses insumos faz com que mulheres e meninas caminhem por longos períodos até encontrem o necessário. Além dos desafios culturais e econômicos as mulheres ainda sofrem, fisiologicamente, de forma diferenciada, segundo aponta pesquisa realizada pela Universidade do Colorado⁵. O dióxido de carbono inalado em razão de queimadas ou dos gases emitidos pelos veículos que utilizam combustíveis fósseis, é muito mais prejudicial às mulheres que aos homens. Portanto, os danos causados ao meio ambiente ressaltam ainda mais as diferenças entre os gêneros. É nesse sentido que um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU como indispensáveis à melhoria da vida no planeta, elenca a superação das desigualdades de gêneros e o conseqüente empoderamento feminino.

Os questionamentos acerca do atual gerenciamento ambiental, marcadamente capitalista, androcêntrico e machista, levou o Ecofeminismo, a partir da experiência das mulheres, a propor métodos econômicos alternativos, desenvolvendo perspectivas e formas de ações voltadas tanto à superação das desigualdades entre homens e mulheres, quanto à sustentabilidade, tendo o meio ambiente como principal referência. Dentro deste campo é que

⁴Disponível em: <<https://www.unfpa.org/climate-change>> Acesso em: 14 de abr. de 2020.

⁵Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1002603#pmed.1002603.ref007>> Acesso em: 14 de abr. de 2020

se destaca economia ecológica feminista, objeto de análise na segunda parte do presente artigo.

Por fim, valendo-se do cuidado com que as mulheres participam da tomada de decisões, somado ao conhecimento e a experiência como provedoras e administradoras dos recursos naturais e domésticos, a ética do cuidado emerge como proposta teórica feminista voltada à busca pela sustentabilidade ambiental. Acredita-se que com a aplicação dos postulados do ecofeminismo e da economia ecológica feminista à ética do cuidado seria possível, por meio da implementação de políticas públicas inclusivas, dar efetividade à sustentabilidade planetária. O empoderamento feminino, por meio da educação, da saúde, do emprego e da representação política, pode contribuir dando respostas às necessidades ecológicas prementes. A participação da mulher nos projetos e políticas ambientais são essenciais para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, em prol de um bem comum que é a sustentabilidade do planeta.

Para elaboração do presente utiliza-se o método dedutivo científico juntamente com a técnica da pesquisa bibliográfica⁶.

2 ECOFEMINISMO

As questões envolvendo meio ambiente e feminismo vêm sendo debatidas sob várias perspectivas e por diversas correntes feministas e ambientalistas, desde a década de 70.

Partindo, inicialmente, da reflexão em torno da semelhança entre a dominação da natureza e da mulher, o ecofeminismo⁷, por meio de uma visão naturalista, essencialista, hierarquizada entre mulher e natureza, denuncia a forma de tratamento semelhante dispensado à mulher e à natureza, ambas são objetificadas⁸, e sujeitas ao controle masculino.

Notou-se que todas as tarefas relacionadas à subsistência e à preservação da vida (começando pelo trabalho doméstico) foram injustamente desvalorizadas devido ao status inferior concedido à Natureza. (...) O antropocentrismo extremo considera que só os seres humanos são dignos de consideração moral. Todos os outros seres vivos, mesmo os mais próximos ao *homo sapiens*, são considerados como simples meios para os seres humanos. No ecofeminismo, consideramos esta visão como parte da herança patriarcal. Agora que as mulheres começam a ter voz, é hora de

⁶PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 14 ed.rev.atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018.

⁷ Foi Françoise d'Eubonne, em 1974, no seu livro *Le féminisme ou la mort* foi a primeira a usar o termo. (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 224)

⁸ No presente artigo não se pretende traçar as críticas provenientes desta análise complexa e comparativa entre as mulheres e a natureza, que, em sua grande maioria poderia ratificar as ideias patriarcais.

examinar esta concepção narcisista e prejudicial para o planeta e para a própria humanidade. (PULEO, 2012, p. 41)

Grande parte da discriminação se dá em razão dos dualismos produzidos no campo filosófico e teórico de origem hegemônica, nos mesmos moldes de uma divisão sexista e sexualizada dos corpos, em que haveria uma suposta superioridade “natural” de uma das partes com a conseqüente subordinação da outra. Daí a necessidade da superação destes dualismos de dominação pautada pelo ecofeminismo, tanto em nível mundial como nacional, em que se busca a inserção da mulher nas discussões ambientais.

No Brasil, foi a partir da ECO-92 que o ecofeminismo passou a ser difundido e adotado como uma nova perspectiva a ser integrada no gerenciamento ambiental voltado à sustentabilidade. Assim é que, aliado ao desenvolvimento dos estudos sobre as desigualdades de gênero o ecofeminismo passou a significar mais que uma luta por direitos e pela equidade de gênero, consolidou uma política feminista sobre o meio ambiente adotando como ponto de partida a compreensão acerca do ser feminino.(CASTRO; ABRAMOVAY, 2005, p. 13)

La política a construir reclaman la comprensión de la forma particular de ser mujer y de la perspectiva política que abre una “visión” feminista y de género en la cuestión del poder, la cultura, la organización social, la naturaleza y el desarrollo sustentable, y que va más allá del lugar de la mujer en una estructura social dada y de las reivindicaciones de igualdad con los lugares privilegiados de los hombres en un orden establecido determinado. (...) La equidad de género demanda un derecho que no es sólo el de una mejor distribución de los lugares y puestos que ha ganado el hombre en la sociedad. La reivindicación ecofeminista busca recuperar, para hombres y mujeres, el sentido de una femineidad perdida al equipararse e igualarse con el hombre dentro de los códigos de la razón que separan y dominan, al hombre, a la mujer, a la cultura y a la naturaleza. (LEFF, 2004, p. 1/4)

Nesse sentido, o ecofeminismo demarcou o terreno de luta pelos direitos das mulheres e pela proteção ambiental, trazendo à luz o lugar que cada um deles ocupa na estrutura social, hierárquica e patriarcal. (LEFF, 2004, p. 1)

Através das constatações relacionadas às alterações ambientais em proporções insustentáveis e, do fato de a vida futura estar ameaçada, não se tendo certeza das possibilidades de gozá-la com o mínimo de dignidade ambiental, o ecofeminismo denunciou os efeitos da cultura predatória ao meio ambiente sobre as mulheres. Efeitos estufa, perda da biodiversidade, extinção das espécies, agricultura tóxica, acidificação dos oceanos, limites do consumo de água potável são alguns dos exemplos da catástrofe presente na modernidade que

produzem desigualdades, em especial no sul global⁹, sendo os vulneráveis os maiores atingidos. (CONNELL; PERS, 2015, p. 222-223) Mulheres, crianças e idosos são as vítimas mais sensíveis às mudanças ambientais, seja em razão da sobrerrepresentação da mulher entre os que vivem na pobreza, seja em razão do papel social exercido como cuidadoras e provedoras de alimento, além do seu trabalho na produção agrícola.

Destaca Soares (2008, p. 51):

As grandes vítimas da crise ambiental nos países do Terceiro Mundo são as mulheres, pelo fato de serem as primeiras a assimilar o efeito da diminuição da qualidade de vida causadas pela perda dos recursos naturais e pela poluição, que são explorados sem critérios com o intuito de atender as necessidades dos países do Primeiro Mundo.

Segundos dados da OIM¹⁰ e ACNUR¹¹ mais da metade dos deslocados ambientais são do sexo feminino. O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), que analisa os impactos dos danos ambientais sobre e entre as mulheres há pelo menos três décadas, destacou o papel central do capitalismo branco e patriarcal, na produção e reprodução dessa desigualdade¹².

Os efeitos ocasionados pela política predatória atingem todas as mulheres, independente da classe social a que pertencem.

Se as mulheres de classes favorecidas sofrem com a contaminação principalmente através do consumo de alimentos e produtos tóxicos, as de classes desfavorecidas ainda têm de trabalhar em ambientes altamente contaminados. As trabalhadoras, muitas vezes imigrantes ou de minorias étnicas, ficam expostas a grandes

⁹Puleo expõe que, “uma das primeiras vozes femininas a denunciar estes efeitos negativos da modernização nos países do Sul foi Vandana Shiva. Com seus livros, Shiva mostrou ao mundo o movimento Chipko, formado por mulheres da zona rural do Himalaia que salvaram florestas comunitárias em uma ação organizada e altamente simbólica, inspirada nos princípios da não violência de Gandhi. Em turnos de vigilância, elas impediram a derrubada das florestas abraçando-se às árvores em nome do princípio feminino da Natureza, e se opondo a seus maridos, que já haviam se deixado convencer sobre a conveniência de vender os terrenos das comunidades para fins de exploração comercial. Como elas, Shiva também se inspira na antiga cosmologia da Índia, afirmando que a energia feminina é a energia natural, e que as atividades rurais das mulheres da sua terra estão em total harmonia com o meio ambiente”. (2012, p. 37)

¹⁰Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-em-cada-cinco-refugiadas-sao-vitimas-de-violencia-sexual-no-mundo/>> Acesso em: 15 de abr. de 2020.

¹¹ Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/09/14/acnur-oim-e-outras-agencias-da-onu-continuam-a-apoiar-o-governo-brasileiro-na-interiorizacao-de-venezuelanos/>> Acesso em: 12 de ago. de 2019.

¹² O capitalismo ignora a relação entre os indivíduos e a natureza conforme afirmação de Furtado; Faustina (2017, p. 22) Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2017/09/Cartilha_mulhereseconflitosambientais_final.pdf>. Acesso em: 12 de ago. de 2018. No mesmo sentido: A pilhagem das riquezas territoriais e a exploração e expropriação de populações, em especial a negra, indígena e camponesa, têm suas origens na escravidão e na colonização, aprofundando-se e sofisticando-se com o imperialismo e as diversas ditaduras. (...) São formas de acumulação e dominação que se alimentam das desigualdades, ao mesmo tempo que as aprofundam, em especial daquelas relacionadas ao patriarcalismo e ao racismo. (FURTADO; FAUSTINA, 2017, p. 12)

quantidades de substâncias altamente nocivas em fábricas e em campos de cultivos, ou no inferno de plástico das estufas. Trata-se de uma nova forma de desigualdade em uma sociedade que a cada dia lança novos venenos no meio ambiente. (PULEO, 2012, p. 34-35)

Outro fator de destaque que recai sobre a mulher é a violência sofrida por aquelas que participam ativamente na defesa da terra¹³. Muitas mulheres, em especial as indígenas, são mortas e sofrem violência e exploração sexual em razão dos conflitos ambientais, muitas das vezes relacionados com a construção de hidrelétricas, como é o caso, em especial, da América do Sul. (FURTADO; FAUSTINA, 2017, p. 29/30)

Para citar apenas alguns casos de mulheres assassinadas por lutarem contra a indústria extrativa ou pelo direito à terra: a Irmã Dorothy Stang, na luta pela reforma agrária no Pará, foi assassinada aos 73 anos de idade, em fevereiro de 2005; Nilce de Souza Magalhães, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Porto Velho (RO), lutando em defesa das populações atingidas pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau, no Rio Madeira, foi assassinada em janeiro de 31, 2016; Maria do Espírito Santo foi assassinada em maio de 2011 por denunciar um esquema de extração ilegal de madeira na Amazônia; após seu assassinato, sua irmã, Laísa Santos Sampaio, que também luta pelo direito à terra e pela memória da irmã, começou a ser ameaçada. Esta problemática afeta mulheres de vários países na América Latina. Um dos casos mais difundidos recentemente foi o assassinato da liderança indígena e feminista Berta Cáceres, em março de 2016, no interior de Honduras. Ameaçada desde 2013, entre outras lutas, Berta liderava protestos, ocupações e mobilizações contra a instalação de uma hidrelétrica. Vale ressaltar que, com 50 casos, o Brasil foi identificado pela organização internacional Global Witness (2015) como o país com o maior número de assassinatos de lideranças em luta pela terra e por seus territórios. (FURTADO; FAUSTINA, 2017, p. 31/32)

Mulheres, meninas, negras e indígenas são discriminadas, estigmatizadas, desamparadas, desumanizadas e “vítimas de morte física e simbólica, ocupando o trágico lugar mais “penetrado” do patriarcado racista que estrutura o capitalismo”. (FURTADO;

¹³ A desigualdade social é proporcional à condição de vulnerabilidade ambiental. Muitas mulheres vão além da rotina de trabalho doméstico e “realizam outros trabalhos invisibilizados, como a coleta de lenha, água e forragem para os animais, o cuidado dos animais e da roça, dos quintais, a extração de mariscos”. (QUINTELA, Sandra. 2017, p. 33) As companheiras de trabalhadores que manuseiam substâncias tóxicas, como chumbo, cádmio, mercúrio e zinco, dentre outras, por exemplo, são as primeiras a se contaminar, pois são elas que lavam os uniformes deles. São substâncias cancerígenas que atacam o fígado e os rins e podem afetar o bebê no caso da mulher estar grávida. Resíduos de agrotóxicos, hormônios e metais são encontrados até mesmo no leite materno. 34 Um dos aspectos evidentes em relação às empresas extrativistas e aos projetos de infraestrutura, como mineração, petróleo, eólicas e hidrelétricas, é o fato do início das obras, em geral, suscitar processos de exploração sexual de adolescentes e crianças em situação de vulnerabilidade, muitas vezes incentivado pelas próprias empresas. No caso do complexo de mineração, por exemplo, no município de Bom Jesus da Selva, no Maranhão, por onde passa a Estrada de Ferro Carajás (EFC), pertencente à Vale, adolescentes de baixa renda foram sexualmente exploradas em troca de roupas e sapatos ou por R\$ 30-R\$ 50. Além da exploração sexual, também se registra o aumento do uso abusivo de drogas industrializadas, de gravidezes de adolescentes sem paternidade reconhecida e de doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids). Em Açailândia, também no Maranhão, apenas no ano de 2012 foram feitas 47 denúncias de abuso e exploração sexual no Conselho Tutelar do município (CAROS AMIGOS, 2011; FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 36)

FAUSTINA, 2013, p. 38) Também chamada de feminização da pobreza a realidade imposta às mulheres, em especial às negras, é a da discriminação, da desigualdade e do preconceito.

A sensibilidade da mulher sobre suas necessidades básicas, das consequências pelos danos sofridos, do apontamento acerca das diferenças do uso dos recursos constitui a base necessária para a construção de uma nova política ambiental, voltada à sustentabilidade. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005, p. 38)

O ecofeminismo objetiva, portanto, a edificação de uma política de alteridade através do reconhecimento da interdependência e respeito ao outro, do respeito à mulher e à natureza.

A igualdade de gênero, além de um direito fundamental, é elemento indispensável para se alcançar a sustentabilidade. A evidência de que a superação das diferenças de gênero gera efeitos no desenvolvimento sustentável foi consagrada como quinto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável¹⁴, integrante da Agenda 2030, estabelecendo, dentre outros objetivos, a intensificação da participação das mulheres na política, economia e áreas relacionadas às tomadas de decisões, além da eliminação de todas as formas de violência, casamentos forçados, mutilações genitais, valorização do trabalho doméstico, acesso à saúde sexual e reprodutiva, à propriedade e controle sobre a terra, fortalecimento de políticas sólidas e legislação, aplicáveis para a promoção da igualdade em todos os níveis.

3 ECONOMIA ECOLÓGICA FEMINISTA

A ocupação de um lugar ativo na gestão do meio ambiente fez com que a mulher levasse para dentro das ciências econômicas a compreensão de que se vive em um mundo onde os recursos são limitados.

Paradoxalmente, as ciências econômicas nunca levaram em consideração o fato de que a natureza é finita. A economia de base tradicional, com olhos voltados ao crescimento econômico, nunca se importou com o meio ambiente como a fonte do crescimento, “e nem pela forma com que as necessidades são satisfeitas, nem como se vive a vida cotidiana”. (YAYO, 2016, p.145)

Picchio (2012, p. 13) chama a atenção para a capacidade que as mulheres têm de interpretar a natureza e os processos sociais através de sua experiência cognitiva e propor

¹⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 12 de ago. de 2019.

ferramentas adequadas à resolução dos problemas. As mulheres são capazes de transformar as visões e as perspectivas teóricas, de introduzir novas abordagens e propor novos interrogantes. Para tanto é indispensável oportunizá-las.

No mesmo sentido Faria e Moreno (2012, p. 8) sinalizam que em razão da desconsideração das necessidades humanas, da história, das relações e dos corpos vulneráveis dos agentes que atuam no mercado, a economia feminista possibilitou a reorganização da reprodução social já que valorizou a sobrevivência dos vulneráveis em uma sociedade capitalista centrada no binômio capital/trabalho assalariado. Desta forma, questiona-se os pressupostos “androcêntricos que sustentam a teoria econômica hegemônica, e reside aí o potencial político e o caráter transformador que a economia feminista apresenta ao propor transformações tanto na teoria econômica quanto na realidade da desigualdade”. (FARIA; MORENO, 2012, p. 8)

A economia ecológica feminista através de uma nova abordagem ao enfrentamento dos danos ambientais ocasionados pela economia mercantilista, tecnocrata, propõe um novo gerenciamento ambiental pautado tanto pela vida humana quanto pela não humana.

É o que esclarece Yayo Herrero (2016, p. 146):

Creemos que ni la economía feminista ni la economía ecológica son visiones que por sí mismas y de forma independiente puedan abordar de forma completa el análisis material de la sostenibilidad de la vida humana. Cada una de ellas por separado son condición necesaria, pero no condición suficiente. Necesitan dialogar en plano de igualdad y el fruto de este diálogo deberá estar fertilizado por otras visiones complementarias y necesarias de la economía política o de la economía solidaria que han realizado importantes avances en otros campos.

A economia feminista trabalha em prol do reconhecimento das iniciativas ecológicas produzidas pelas mulheres, da criação de políticas públicas, da efetivação da inclusão e da participação na tomada de decisões dos projetos ecológicos, fortalecendo a posição das mulheres na sociedade.

Segundo Puleo (2012, p. 41) “cedo ou tarde, terá de haver uma conversão ecológica da sociedade, e devemos fazer dela uma oportunidade para a integração plena e igualitária das mulheres”. Conquistando espaço na ordem econômica mundial, a economia ecológica feminista tem se firmado como uma disciplina científica em “pleno alçar voo, e que procura trazer métodos alternativos de valoração em modelos econômicos”. (CONNEL; PEARS, 2015, p. 246)

É urgente a necessidade de uma reorganização da economia a favor de um modelo justo e sustentável, conforme adverte Yayo (2016, p. 145):

La economía feminista pone el foco en la condición immanente de la vida humana, en la condición insoslayable de los trabajos y tareas que garantizan la reproducción cotidiana de la vida y en la desigualdad económica estructural que subordina a las mujeres en las sociedades patriarcales. Ambas visiones dan valor a procesos y sujetos que han sido designados por el pensamiento hegemónico como inferiores y que, siendo absolutamente cruciales para la existencia humana, han sido invisibilizados. Cuando las economías feminista y ecológica dialogan, cuando se comparte la riqueza conceptual de ambas, el análisis de los problemas que cada una afronta por separado gana en profundidad y claridad.

Mais que uma relação entre pessoa e natureza, a sustentabilidade depende, também, de relações harmoniosas, do reconhecimento da importância de cada ser vivo como indispensável à qualidade de vida.

Continua Yayo (2016, p. 157):

La valorización del cuidado como relación material, a la vez natural y social, ha llevado a la economía feminista a acuñar la idea de sostenibilidad de la vida humana. Este concepto designa "un proceso histórico complejo, dinámico y multidimensional de satisfacción de necesidades que debe ser continuamente mantenido y reconstruido, que requiere de recursos materiales pero también de contextos y relaciones de cuidado y afecto, proporcionados éstos en gran medida por el trabajo no remunerado realizado en los hogares" (Carrasco 2009:183). Para algunas miradas de la economía feminista, el enfoque de la sostenibilidad de la vida permite dar cuenta de la profunda relación entre lo económico y lo social, que sitúa a la economía desde una perspectiva diferente, que considera la estrecha interrelación entre las diversas dimensiones de la dependencia y, en definitiva, que plantea como prioridad las condiciones de vida de todas las personas.

A proposta econômica ecofeminista valoriza a experiência feminina do cuidado como princípio geral para garantia da interdependência humana, e, nesse sentido, a teoria da ética do cuidado representa uma possibilidade de enfrentamento ao atual gerenciamento ambiental. (BENGOA, 2012, p. 37)

4 ÉTICA DO CUIDADO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

Acerca do desenvolvimento moral, a ética do cuidado caracteriza-se pela quebra do paradigma do sujeito moral neutro, trazendo à lume uma análise de gênero que marcou o pensamento contemporâneo.

Uma das pioneiras do tratamento teórico da ética do cuidado sob a perspectiva de gênero é Carol Gilligan, com a publicação do livro *In a different voice*, em 1982. Gilligan constatou existirem duas formas de decisões ou visões morais, não contrapostas, mas

paralelas: as que partem dos homens e as das mulheres. A moralidade, sob o ponto de vista masculino, é limitada e centra-se nos princípios gerais e no respeito ao outro como critério de orientação da Justiça. Nas femininas a moralidade está diretamente relacionada à capacidade de responsabilidade das pessoas, de uma para com as outras por meio do imperativo de cuidado. (MARINHO, 2004, p. 73) Assim sendo, o cuidado parte do pressuposto da existência de pessoas reais, concretas, e estaria acima de uma teoria da Justiça de bases abstratas, submetidas à princípios e regras. Portanto, pautado na orientação moral de que todas as pessoas já passaram por situações de terem sido cuidadas, e de terem cuidado de outras, o cuidado cria uma cadeia de ações em afetos que constituem a base do desenvolvimento humano e da sociabilidade. (MARINHO, 2004, p. 78)

Ainda, segundo Giligan, a análise acerca do desenvolvimento moral por parte das mulheres e suas respectivas decisões, influenciadas pela íntima conexão com o outro se desenvolve em três estágios: pré-convencional, convencional e pós convencional. O pré-convencional relaciona-se diretamente com a necessidade de sobrevivência, no sentido de que as mulheres devem garantir suas necessidades básicas, mas não a qualquer custo. No convencional, se reconhece a necessidade de ajudar os demais e na consequente satisfação moral ocasionada. No pós-convencional, se ressalta a importância de eleger meios não violentos para satisfação das necessidades alheias, sem ferir ou machucar outras pessoas, fiel a princípios morais. (BALL, 2010, *on-line*) Desta forma, é possível concluir que as decisões emanadas pelas mulheres se pautam em critérios morais fortes, que impedem a adoção de estratégias prejudiciais a terceiros. Nesse sentido, segundo Gilligan, as mulheres não são inferiores aos homens, são, apenas, diferentes nas formas de pensar e agir. (KUHNEN, 2014, p. 2)

A inspiração da ética do cuidado ou dos afetos dissolve, por sua vez, os dualismos de dominação tais como cultura/natureza, sentimento/razão, homem/mulher, público/privado, já que reconhece e valoriza a perspectiva comportamental feminina e a importância igualitária da vida humana e não humana (natureza, animais) como condições indispensáveis à existência do planeta.

Ao produzir uma nova realidade, a ética do cuidado abre portas para se pensar em um desenvolvimento sustentável, que reconheça a íntima conexão entre os seres humanos e a terra, permitindo pensar, ainda, na adoção de marcos alternativos ao mercantismo extremo,

tais como o apoio mútuo, a reciprocidade, a democracia participativa e a cooperação pessoal (YAYO, 2016, p.158). A ética do cuidado como proposta político-feminista se debruça sobre as formas de relacionamento comunitário, acerca do modo de ser das pessoas em um mundo pautado por relações que se estabelecem tanto com os humanos como com os não humanos. Esse pensar de cuidado ao próximo e à natureza leva conseqüentemente à busca por mecanismos que garantam um desenvolvimento sustentável já que a lógica socioeconômica seguida por este modelo é a de priorizar as necessidades dos indivíduos, e não as do mercado.

A ideia de uma vida responsável, em que o cuidado para consigo e ao próximo são tidas como elementos decisoriais, relaciona-se com o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que este exige uma visão de justiça social indissociada do respeito e à igualdade, formal e material. Vale ressaltar que o desenvolvimento sustentável relaciona-se com ecologia, cultura, política, social, indo muito além de uma visão econômica. Desta forma, no que toca à dimensão social, a ética do cuidado valoriza o “ser” em contraposição ao “ter”, conseqüentemente proporciona uma igualitária distribuição de renda da população. (ZOBOLI, 2004, *on-line*) Na dimensão econômica, o cuidado e a preocupação para com o outro faz com que a distribuição dos recursos seja eficiente sob o ponto de vista macrossocial. Em sua dimensão ecológica a sustentabilidade requer a realização de práticas que envolvam o uso dos recursos naturais com o menor dano possível. O cuidado exige o reconhecimento da natureza como parte integrante do cosmos sendo imperativo a necessidade de limites às atividades extrativas, que produzirá dentre outros efeitos, a diminuição considerável dos níveis de poluição, visando a conservação da vida por meio da implementação de tecnologias limpas. O cuidado para com o outro e o meio ambiente possibilita a reconfiguração geográfica da população e das atividades econômicas, impedindo a deterioração de áreas importantes para o ecossistema.

O desenvolvimento sustentável entendido como aquele que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras relaciona-se e às questões existenciais, intersubjetivas e entre espécies (BOSSERMANN, 2015, p. 50). A busca pelo equilíbrio entre o economicamente viável, o socialmente justo e o ecologicamente correto se faz com a superação das desigualdades de gênero e com o reconhecimento de heterogeneidade que marca a sociedade. Portanto, olhar o meio ambiente com a lente

feminista é essencial porque permite identificar as origens dos problemas ambientais e sociais que afetam as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Para se alcançar um nível de desenvolvimento sustentável é indispensável uma mudança de consciência, cultural, que permita reconhecer que economia, gênero e ecologia estão de mãos dadas. A união dos postulados ecofeministas que reconhecem a efetiva participação das mulheres na preservação do meio ambiente, à economia feminista que se encarrega da construção de alternativas ao atual gerenciamento ambiental, valorizando a experiência feminina nas questões ambientais, à ética do cuidado, é possível harmonizar as relações intra e interespécies, tendo em vista que o cuidado e o respeito passam a representar o centro das decisões voltadas à preservação do ecossistema.

Com uma capacidade holística o paradigma da ética do cuidado pode constituir-se em um caminho para se alcançar um nível aceitável de sustentabilidade planetária, mas não sem o empoderamento feminino. Trazer a questão afetiva e emocional para a formulação de políticas públicas possibilitará a visibilidade daquelas que, por meio da dimensão material de cuidado, intervêm de forma clara nas percepções e subjetividades do bem estar na vida cotidiana.

A implementação de políticas públicas seria um dos caminhos à efetivação desses novos processos de socialização. Para Yayo (2016, p. 158) o ponto inicial está na educação, de um “hacerse cargo del outro” como una base fundamental para obtener la motivación y la perspectiva desde la cual comprometerse por la sostenibilidad de una vida humana plena”.

La empatía, fuertemente estimulada en las relaciones de reciprocidad, ayuda a tender puentes entre el egoísmo y el altruismo, ya que tiene la propiedad de transformar la desgracia de otra persona en malestar propio. Se edifica sobre la proximidad, la similitud y la cercanía y combinada con el interés por la armonía social, evolucionó en sociedades a pequeña escala que buscan la igualdad y la solidaridad. El desarrollo de la empatía hacia una cultura del "hacerse cargo" de la tierra y de las demás personas es, a nuestro juicio, el motor que nos puede ayudar a impulsar una política y una economías que afronte el más que previsible colapso ecosocial. (YAYO, 2016, p. 158)

As políticas públicas para o fortalecimento das mulheres, enfrentamento das desigualdades de gênero e a consequente melhoria na qualidade de vida de todos, constituem necessidades urgentes a serem implementadas pelos Estados, tanto em nível interno quanto externo. (NOBRE, 2016, *on-line*)

No âmbito nacional foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, visando a promoção da “igualdade social e de gênero articulada ao processo de crescimento econômico centrado no reconhecimento de que a desigualdade de gênero altera a estrutura de sustentação do desenvolvimento socioeconômico e cultural”(BANDEIRA,2014, p. 165). O foco das políticas estabelecidas residia na busca pela sustentabilidade, pela justiça social e pela equidade como critérios determinantes para eliminação das desigualdades de gênero. De forma resumida, Bandeira (2014, p. 176) elenca as seguintes linhas abordadas pelas políticas públicas e ações de gênero para o Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Políticas para as Mulheres:

a) políticas para as mulheres rurais; b) políticas para a autonomia econômica e empoderamento das mulheres; c) políticas de educação para a inclusão; d) políticas de saúde para as mulheres; e) políticas para a equidade na ocupação dos espaços de poder; f) políticas para o enfrentamento à violência contra a mulher. (BANDEIRA, 2014, p. 176)

Em 2018, por meio do Decreto 9.417, de 20 de junho, a Secretaria Nacional de políticas para as Mulheres passou a integrar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas ainda contava com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à participação da mulher¹⁵. Dentre suas ações é possível citar o “Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável”, realizado em 2012/2013, que tinha como objetivo dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e da floresta, por meio de suas organizações produtivas, no fortalecimento da sustentabilidade econômica, social e ambiental, e geradoras da segurança e soberania alimentar no País¹⁶. Atualmente, o Ministério tem se dedicado mais às questões relacionadas à violência contra a mulher que propriamente à emancipação e empoderamento feminino através de práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Verifica-se a existência de grupos organizados por mulheres que militam na área ambiental, que reconhecem e aplicam os princípios do ecofeminismo e lutam pelo empoderamento feminino como meio para se alcançar um desenvolvimento sustentável. A *Women’s Environment and Development Organization (WEDO)*¹⁷, criada em 1991 trabalha na construção de movimentos de mulheres na promoção da igualdade de gênero¹⁸; a ONU

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/plano-de-integridade-do-mmfdh/PLANO_INTEGRIDADE_MMFDH.pdf> Acesso em: 10 de abr. de 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/plano-de-integridade-do-mmfdh/PLANO_INTEGRIDADE_MMFDH.pdf> Acesso em: 11 de abr. de 2020.

¹⁷ Disponível em: <<https://wedo.org/>> Acesso em: 11 de abr. de 2020.

¹⁸ Disponível em: <<https://wedo.org/about-us-2/vision-mission-2/>> Acesso em: 11 de abr. de 2020.

Mulheres¹⁹, fundada em 2010, tem a finalidade de fortalecer e ampliar os direitos humanos das mulheres, com iniciativas em diversas áreas, dentre elas a de liderança e participação política na tomada de decisões na vida política, econômica e pública através da adoção de políticas sólidas a promover a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres; o Fundo Socioambiental Casa Investindo em Cuidar, que, desde 2010 trabalha na promoção da conservação e da sustentabilidade ambiental, da democracia e da justiça social mediante o apoio e fortalecimento de capacidades e iniciativas da sociedade civil na América do Sul²⁰; a Rede de Desenvolvimento Humano, REDEH²¹, de 1990, que até hoje luta pela igualdade entre os gêneros, raças/etnias, e trabalha na busca pelo desenvolvimento justo e sustentável, na proteção e conservação do meio ambiente e na promoção da diversidade cultural. Apoiando a liderança de mulheres e de outros atores sociais, a REDEH busca a efetivação dos direitos de gênero, o estímulo à participação das mulheres nos processos decisórios e na implementação de políticas públicas voltadas tanto para as mulheres como para a população negra, jovens e demais vulneráveis sociais. A REDEH atua no campo do desenvolvimento justo e sustentável; o Movimento de Mulheres Camponesas²², surgido na década de 90, tem como missão a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e luta pela consolidação de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza; por fim, a Marcha das Margaridas, com início em 2000, o encontro anual reúne diversas organizações de movimentos de mulheres do campo e da floresta com os mesmos ideais ecofeminista.

O cuidado constitui a base ideológica comum tanto nos movimentos de mulheres quanto nas políticas públicas instituídas. O avanço para uma nova cultura, motivados pelo desejo da superação das desigualdades de gênero conjugando ações voltadas ao desenvolvimento sustentável através dos postulados da ética do cuidado podem ensejar alterações significativas no mundo contemporâneo.

5 CONCLUSÃO

A imposição hegemônica de dualismos de dominação fundamentada em critérios excludentes serviu de paradigma exploratório e discriminatório da mulher e da natureza. A

¹⁹Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/>> Acesso em: 11 de abr. de 2020.

²⁰Disponível em: <<http://www.casa.org.br/pt/sobre-nos/>> Acesso em: 11 de abr. de 2020.

²¹Disponível em: <<http://www.redeh.org.br/>> Acesso em: 11 de abr. de 2020.

²²Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43>> Acesso em: 11 de abr. de 2020.

superioridade da cultura (homem) sobre a natureza (mulher) justificava a hierarquia e a exploração. É neste aspecto que alguns movimentos feministas e ecológicos se conectam, difundindo teorias próprias com a finalidade de dar fim ao sexismo que rege as relações sociais e alcançar, além de uma melhoria na qualidade de vida do planeta, a libertação das mulheres e da natureza. Emerge, então, o ecofeminismo como uma proposta inclusiva das mulheres, almejando o seu reconhecimento como parte fundamental na luta pela sustentabilidade e na solução de diversos problemas ambientais. No Brasil, foi a partir da Eco 92, Conferência Meio Ambiente e Direitos Humanos, que a visibilidade social e política feminina ganhou destaque com a participação de grupos de mulheres que coordenaram o Planeta Fêmea. Vozes feministas se elevaram e denunciaram a forma exploratória com que a sociedade trata o meio ambiente, ressaltando a necessidade de sua conservação, advertindo, ainda, para as consequências dos danos ambientais sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade. Desta forma, as mulheres passaram a reivindicar a sua efetiva participação no processo de gerenciamento ambiental.

Por meio do conhecimento e da experiência feminina no cuidado e na administração sustentável dos insumos produzidos pela natureza, já que em muitas culturas a mulher é a responsável pela administração e subsistência das famílias, a economia ecológica feminina nasce como disciplina indispensável à manutenção do equilíbrio ambiental. Desta forma, a economia ecológica feminista passa a ser uma proposta de mudança tanto nas relações de gênero, pois evoca a participação ativa das mulheres, quanto na mudança do sistema de produção. Desta forma, o desenvolvimento sustentável guarda ítima relação com a superação das desigualdades de gênero e com a mudança do atual paradigma socioeconômico predatório. Inclusive, tais metas encontram-se enumeradas de forma taxativa na agenda internacional da Cúpula das Nações Unidas, por meio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Por sua vez, como proposta de superação das desigualdades entre homens e mulheres no que toca ao desenvolvimento moral e a tomada de decisões, a teoria da ética do cuidado de Carol Gilligan, colocou à descoberto o fato de que os homens e as mulheres possuem critérios morais diferentes que fundamentam suas escolhas. Enquanto os homens desenvolvem um estilo de raciocínio abstrato pautado por normas universais e voltadas para a justiça, as mulheres se expressam de forma diferente diante de problemas morais, pois levam

em consideração contextos reais, os vínculos pessoais que unem as pessoas, pautando-se no cuidado e no respeito ao próximo. Enquanto os homens tendem a uma “ética da justiça”, as mulheres, adotam a denominada “ética do cuidado”. O reconhecimento dessa forma de decisão por parte da mulheres emerge como proposta humanista de reconhecimento e cuidado entre os seres humanos e não humanos e rompe com a visão discriminatória de que as mulheres seriam seres inferiores. Desta forma, ressaltando a experiência feminina do cuidado à terra seria possível propor métodos de preservação e proteção ecológica eficientes. É nesse sentido que o ecofeminismo, atrelado à economia ecológica feminista e à ética do cuidado como correntes de pensamentos femininos, deve integrar as políticas públicas ambientais, demarcando o campo de atuação das mulheres de forma ativa, garantindo que suas vozes ecoem cada vez mais fortes. Atualmente existem organizações e programas destinados à promoção da igualdade da mulher unindo a busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado através do cuidado para com o meio ambiente. A maioria das iniciativas envolve organizações não governamentais, como a WEDO, REDEH e Fundo Socioambiental Casa. No Brasil, a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, é a que mais atua no combate à violência contra a mulher.

De toda forma, a luta feminina contra as mudanças climáticas vem crescendo da mesma forma que a conscientização acerca da forma mais agressiva que os danos ambientais acabam por atingir as mulheres.

Ressaltar o conhecimento e a experiência das mulheres pode representar caminhos à tão almejada mudança cultural, por meio da qual o desenvolvimento sustentável poderá alcançar seu apogeu. Portanto, se gênero e meio ambiente estão umbilicamente ligados, não se pode ignorar a contribuição da mulher para a construção de um mundo mais equânime e, ao mesmo tempo, sadio.

REFERÊNCIAS

BALL, Laura. (2010). Carol Gilligan. *Psychology's Feminist Voices*. Disponível em: <<http://www.feministvoices.com/carol-gilligan/>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

BANDEIRA, Lourdes Mendes. Políticas públicas para mulheres: mulheres e sustentabilidade **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, n. 38, p. 165-181, jan.abr.2014. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/38vd%2012.pdf?d=636688301325046003>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

BENGOA. Cristina Carrasco. *Economía, trabajos y sostenibilidad de la vida*. In: **Sostenibilidad de la vida Aportaciones desde la Economía Solidaria, Feminista y Ecológica**. Disponível em: <https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/sostenibilidad_0.pdf> Acesso em: 12 de ago. de 2019.

BOSELTMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**. Transformando direito e governança. São Paulo: RT, 2015.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Plano de integridade 2019**. Disponível: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/plano-de-integridade-do-mmfdh/PLANO_INTEGRIDADE_MMFDH.pdf. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000112083>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

CONNELL, Raewyn e PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução e revisão técnica Marília Maschkovich. São Paulo: Nversos, 2015.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia**. São Paulo: SOF, 2012. 104p. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp->

content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outra-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UFNPA. **Das alterações climáticas**. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/climate-change>>. Acesso em: 14 de abr. de 2020.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA INVESTINDO EM CUIDAR. **Casa Org**. Disponível em: <http://www.casa.org.br/pt/sobre-nos/>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

FURTADO, Fabrina e FAUSTINO, Cristiane. **Mulheres e conflitos ambientais: nem nossos corpos nem nosso território. Da invisibilidade à resistência**. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – Pacs: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2017/09/Cartilha_mulhereseconflitosambientais_final.pdf> Acesso em: 12 de ago. de 2019.

HERRERO, Yayo. *Economía feminista y economía ecológica, el diálogo necesario y urgente*. **Revista de Economía Crítica**, Barcelona, n. 22, segundo semestre, 2016. Disponível em: <http://revistaeconomicritica.org/sites/default/files/YayoHerrero_Economia-feminista.pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Mulheres e conflitos ambientais. nem nossos corpos nem nossos territórios. da invisibilidade à resistência**. Rio de Janeiro, ago. de 2017. On-line. Disponível em: http://www.pacs.org.br/files/2017/09/Cartilha_mulhereseconflitosambientais_final.pdf> Acesso em: 14 de abril de 2020.

KUHNEN, Tânia Aparecida. **A ética do cuidado como teoria feminista**. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, Londrina. Anais eletrônicos. UEL, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

LEFF, Enrique. *Ecofeminismo: el género del ambiente*. **Revista Polis**, n. 9, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/7248>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

MARINHO, Manuela. Olhares femininos sobre a ética: Carol Gilligan e NelNoddings. **Revista intervenção social, Lisboa, n. 29, p. 71-82, 2004**. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1149/1264>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **MMC Brasil**. Disponível: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/43>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

NOBRE, Miriam. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p645>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **ONU Mulheres Org.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU MULHERES. **Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-em-cada-cinco-refugiadas-sao-vitimas-de-violencia-sexual-no-mundo/>>. Acesso em: 14 de abr. de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 14 ed. rev. atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018.

PICCHIO, Antonella. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu e MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. (Org.). São Paulo: SOF, 2012. p. 13-28. Disponível em:<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

PARANHOS, Fabiana; GODINHO, Luiz Fernando. **ACNUR, OIM e outras agências da ONU continuam a apoiar o governo brasileiro na interiorização de venezuelanos**. Acnur, 2018. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/09/14/acnur-oim-e-outras-agencias-da-onu-continuam-a-apoiar-o-governo-brasileiro-na-interiorizacao-de-venezuelanos/>>. Acesso em: 12 de ago. de 2019.

PULEO, Alícia H. Anjos do Ecosistema? In: FARIA, Nalu e MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. (Org.). São Paulo: SOF, 2012. p. 29-50. Disponível em:<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Redeh Org**. Disponível em:<<http://www.redeh.org.br/>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado: alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. Florianópolis: UFSC, 2012. 155 f. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103388>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

SOARES, Claudius Jardel. Gênero e crise ambiental. **La Salle Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 13, n. 2, p. 51-56, jul./dez. 2008. Disponível em:<https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/revista_la_salle/Aguardando_libe>

[raao_direitos_autorais/2008_v13_n2/2008_v13_n2%20-%20cjsoares.pdf](#)>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

SORENSEN, Cecilia; MURRAY, Virginia; LEMERY, Jay; BALBUS, John. **Mudança climática e saúde da mulher: impactos e orientações políticas**. PlosMed, 2018. Disponível em: <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://journals.plos.org/plosmedicine/article%3Fid%3D10.1371/journal.pmed.1002603&prev=search>> Acesso em: 14 de abr. de 2020.

WOMEN'S ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT ORGANIZATION. **Wedo**. Disponível em: <https://wedo.org/about-us-2/>>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 21-27, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000100003>. Acesso em: 24 de abr. de 2020

Submetido em 05.05.2020

Aceito em 18.10.2021